

ACTA
DA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município.

Data: 17/12/2002.

Iniciada às 9.30H00 e encerrada às 11H00.

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Vice-Presidente: Horácio Augusto Pina Prata
Vereadores: João José Nogueira Gomes Rebelo
Nuno Miguel Marta Oliveira Silva Freitas
Manuel Augusto Lopes Rebanda
Mário Mendes Nunes
Jorge Filipe de Gouveia Monteiro

Registaram-se as seguintes ausências:

Vereadores: Luis Malheiro Vilar
Vitor Manuel Carvalho dos Santos
Amável Pereira Baptista
João André de Oliveira Coimbra do Amaral



A reunião foi presidida pelo Sr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Manuel Gilberto Mendes Lopes, Director do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos.

O Sr. Presidente deu início à reunião, colocando à discussão o único Ponto da Ordem dos Trabalhos as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2003 da Câmara Municipal de Coimbra”.

Seguidamente deu a palavra ao Sr. **Vereador João Rebelo**, tendo este começado por referir algumas alterações introduzidas para a realização de despesas, as quais terão de ter autorização prévia do Sr. Presidente da Câmara. Assim o ponto 2 passa a incluir os pontos 2.1, 2.2 e 2.3, a saber:

2.1 – As autorizações relativas a encargos com a abertura de concursos ou celebração de contratos para pessoal carecem de autorização do Presidente da Câmara.

2.2 – A contratação de novos serviços de estudos e de consultoria , carecem igualmente de autorização prévia do Presidente da Câmara

2.3 – Em casos excepcionais e devidamente fundamentados o presidente da Câmara pode autorizar despesas inadiáveis e urgentes que sujeitará posteriormente a ratificação da Câmara Municipal .

Relativamente a projectos e conforme propostas recebidas de alguns dos Senhores Vereadores são retiradas os 13.500€ à acção 1 do Projecto Coimbra + Mobilidade.

No projecto Acessibilidades em Almalaguês será de incluir a repavimentação da estrada principal de Monte de Bera e da Estrada Abelheira Trémoa.

No projecto Edições sobre o Património haverá uma redução de 10.000€

Na acção n.º 2 do projecto 04 001 2003/88, serão incluídos mais 10.000€

No projecto 04 006 2003/188 Aquisição de serviços com uma verba de 75.000€, cai e reforça os parques infantis.

No projecto Festas da Cidade-Dia da Cidade um reforço de 3.500€

No projecto 05 003 2000/20 a escola primária de Cernache passa a dotação definida de 150.000€e para 2004 50.000€

Na escola de Almalaguês a dotação definida passa 75.000€e verba de 2004 passa a 100.000€

No projecto de Remodelação do Estádio 05 0052000/4 a acção de Mobiliário e Equipamento Diverso reduz para 400.000€incluindo em 2004 200.000€

O projecto 05 005 2002/76, cai por se encontrar enquadrado noutros projectos. O projecto Prática Desportiva Informal assume um carácter plurianual e nos anos de 2004 e 2005 terá, respectivamente mais, 150.000€e 100.000€para a acção 1 e 150.000 €e 50.000€para a acção 2.

No projecto 05 005 2002/80 em 2003 em vez de 50.000 terá 25.000.

No projecto 05 007 2002/305, a acção Festival 10 de Junho está definida no projecto 04 006 2003/205, o que significa que se mantém a acção mas a verba cai.

No projecto 05 006 2003/194, são retirados 25000€ficando com 15.000 definidos. Os 25.000 restantes ficam para o centro de compostagem (01 007 2003/155).

O projecto 01 007 2002/124 na acção 2 ficam com 350 000€

Finalmente o Sr. Vereador João Rebelo introduziu ainda algumas alterações a saber:

Inclusão de mais duas acções no projecto 02 005 2002/330:

2 – Repavimentação da estrada principal de Monte de Bera, desde a EN 110 até à saída do lugar

3 - Repavimentação da estrada Abelheira/Trémoa.

No projecto 02 005 2002/348 passa a financiamento definido de 30 000€

No projecto 02 005 2002/361 passa a financiamento definido de 120 000€

No projecto 04 003 2001/15 passa para 3 500.000 em 2004 e 500 000 em 2005.

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** sobre a questão de aquisição de terrenos entende que a Câmara Municipal deve definir metodologias, atendendo a que a verba é apenas de 4 milhões de euros. Ainda na mesma rubrica a questão dos planos de pormenor dos principais centros urbanos pode não ser resolúvel apenas através dos Planos, pelo que insistiu numa proposta já muito antiga do Professor Alarcão na Assembleia Municipal, que é a questão do levantamento dos Centros Históricos nas freguesias. No seu entendimento, a Câmara Municipal deveria avançar com este processo, para em conjunto com a Faculdade de Letras ou o Instituto de Arqueologia ou História de Arte começar este trabalho, que pode conduzir a definir algumas prioridades em termos de intervenção.

Em relação aos parques e jardins, deverão ser estudadas com alguma prioridade zonas como o vale entre a Rua Machado Castro e a Rua Nicolau Chanterenne, e na Casa Branca junto à Monac (Plano da Encosta Nascente do arquitecto Paulo Fonseca). Igualmente e muito reivindicada é o tratamento da zona de Santa Justa, no terreno que esteve cedido ao Ministério da Justiça.

Também a questão dos cemitérios nas Juntas de Freguesia é importante equacionar, com um programa estudado com as populações e respectivas Juntas para a construção de ossários, caso contrário e irracionalmente, continuarão a vender-se sepulturas e título perpétuo, provocando a ampliação dos cemitérios e aquisição de novos terrenos que poderiam ser ocupados com outras coisas.

O Sr. Vereador **João Rebelo** informou que no Plano já estão previstas rubricas com um valor total de 70.000 € para iniciar o problema dos cemitérios nas freguesias.

Sobre a questão de aquisição de terrenos há alguma dificuldade em subir o montante, considerando no entanto ser um projecto para consolidar nos próximos anos. Disse ainda que deverá ser a Câmara Municipal a tomar as decisões e o critério a adoptar nunca poderá ser o de quem chega primeiro.

O tratamento da zona de Santa Justa está enquadrado para ser feito com meios próprios, através do Centro Histórico.

Para todo o resto e no respeitante a Plano de Pormenor referiu que se tentou fazer-se um equilíbrio, considerando que para este ano seria prioritário lançar o Plano de Urbanização, estando já previsto para uma próxima reunião o lançamento do concurso.

Posto isto o Sr. **Presidente** informou que a Câmara Municipal está a fazer um movimento no sentido de valorizar o centro histórico e a Baixa, recuperando edifícios para habitação a custos controlados, estando já a trabalhar no sentido de haver uma alteração à lei para efeitos de financiamento na aquisição dos respectivos edifícios. Posto isto colocou à votação o documento distribuído sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003, com as alterações hoje introduzidas, após o que o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 1609/2002 (17/12/2002):

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003 e respectivas alterações, elaboradas em conformidade com o DL n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e que importam, tanto na Receita como na despesa, no total de 185.954.685 Euros, ficando apenas à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**
- **Aprovar o Sistema de Controlo Interno e a Delegação de Competências Municipais nas Juntas de Freguesia.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente e o s, Vice-Presidente e os Senhores Vereadores João Rebelo, Nuno Freitas, Manuel Rebanda e Mário Nunes. Absteve-se o Sr. Vereador Gouveia Monteiro.

Declaração de voto do Sr. Vereador Gouveia Monteiro:

“O documento que informará a gestão da Câmara de Coimbra neste segundo ano de mandato é um produto interessante pelos avanços que contem e permite antecipar, mas também pelas contradições que encerra e não consegue ainda resolver.

E não me refiro apenas à brutalidade de um único equipamento que devora mais de um quarto da capacidade de investimento da Autarquia. Nem à estabilização da encosta da António Jardim que, só por si, consome mais de metade do orçamento da Protecção Civil.

Refiro-me às encruzilhadas de uma gestão que, querendo romper com aspectos mais negativos do passado recente, aqui e ali consegue fazê-lo, ou dá apenas tímidos passos, mas noutros campos tropeça nas limitações do seu próprio modelo de gestão, ou na simples inércia do que vem de trás.

No concreto :

1. Começando pelo modelo de gestão :

Não está criado um verdadeiro compromisso com a participação dos cidadãos e as suas organizações. O Conselho da Cidade não foi instalado como parceiro essencial à expressão organizada de opinião e participação na decisão. Alguns novos mecanismos – no Desporto, na Educação, talvez na Juventude – dão os primeiros passos e apenas na auscultação e consulta.

O desejado debate público dos grandes projectos está ainda por fazer, o hábito do mero anúncio prevalece soberano. O único caso de que há registo - precisamente na área da habitação - só mostra que é possível e com resultados positivos.

O modelo de relacionamento com as Juntas de Freguesia não está também satisfatoriamente resolvido. Não é apenas a questão do quanto dinheiro se transfere. É indispensável caminhar para um autêntico processo de descentralização em órgãos autónomos, reservando aos protocolos de delegação um papel supletivo da capacidade financeira das Freguesias. Doutra modo, elas continuarão na maior das dependências e muito longe da capacidade realizadora que podem ter. Mas também no apetrechamento técnico e humano, há que desenvolver a capacidade de partilha com as Freguesias, em vez de acentuar a macrocefalia da Câmara.

As condições de trabalho e participação dos trabalhadores do Município estão também ainda longe da necessária melhoria, nomeadamente nos vários sectores de obras. Urge resolver a velha questão das instalações do DOGIM. A implementação da nova estrutura orgânica evidenciou a inexistência e a necessidade de mecanismos estáveis de expressão da opinião dos trabalhadores.

Continuando pelo Planeamento urbano e equipamentos :

O planeamento da Cidade numa escala maior não substitui a necessidade de planeamento da pluralidade de centros urbanos que dão vida ao território municipal. Dos centros urbanos de maior relevância, só para Taveiro se prevê um plano de pormenor. Os outros continuam a crescer sem equilíbrio ou a definharem por falta de planeamento de como e por onde crescer. Não é uma questão que se resolva só em sede de PDM.

Questão que se prende com a das novas centralidades nas Freguesias e com as identidades locais das povoações que compõem o Município. Em vez de dormitórios incaracterísticos, precisamos de vilas e aldeias com os seus centros históricos e os equipamentos recentradores da sua vida colectiva. Não se investe nessa direcção.

Nos equipamentos, o parque escolar é outro sector em que a encruzilhada se desenha com nitidez: ou concentração na Cidade e conseqüente abandono e encerramento de equipamentos; ou então, aposta no apoio à família e ao enraizamento, o que exige mais refeitórios, horários compatíveis com as vidas das famílias trabalhadoras.

Na cultura, sendo visível a marca orçamental da Capital Nacional, é excessivo o contraste entre o volume das dotações orçamentais para eventos (quase 3 milhões) e a modéstia dos apoios ao associativismo, suas iniciativas e instalações. É preciso criar públicos, mas é indispensável que, passando o que é efémero, fiquem as condições para mais e melhor produção própria.

Terminando com a mobilidade dos cidadãos :

O Plano e Orçamento é ainda em enormíssima medida um plano de acessibilidades, circulares, anéis. A outra face da mesma moeda está no volume da sangria financeira para aguentar os SMTUC: chegámos aos 10 000 euros/dia. O modelo está esgotado e o Metro parado.

Os SMTUC e o Metro são aliados e não concorrentes. Um reestruturará o outro. A maior parte dos novos parques periféricos nas portas da Cidade farão plenamente sentido com o Metro nos carris. O espaço dos SMTUC pode e deve

alargar-se trazendo (e levando) todos os passageiros para (e de) os pontos de rebatimento. Incluindo das zonas mal servidas por outros operadores.

Em contrapartida, há problemas da rede viária secundária que urge resolver mas que ficam sempre esmagados pelo peso do investimento nas vias chamadas estruturantes. É a malha mais fina, são os vasos capilares da mobilidade, não menos essenciais à vida de todos os dias.

Termino, votando da forma que melhor exprime a minha convicção de que as melhorias não escondem as questões de fundo que importa resolver, de preferência ainda neste mandato.

Abstenho-me com a convicção de que é possível e, nas áreas à minha responsabilidade, farei tudo o que estiver ao meu alcance para que assim seja”.

E sendo onze o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada na reunião do dia 30/12/2002 e assinada pelo Sr. Presidente e pelo Director do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos.
